



História Unisinos

E-ISSN: 2236-1782

efleck@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos  
Brasil

Ribeiro Fernandes Moreira da Costa, Anna Maria  
Rios, lagoas, cachoeiras e rebojos: religiosidade no espaço fluvial Nambiquara  
História Unisinos, vol. 15, núm. 2, mayo-agosto, 2011, pp. 135-145  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos  
São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=579866827002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica  
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## Rios, lagoas, cachoeiras e rebojos: religiosidade no espaço fluvial Nambiquara

Rivers, lakes, waterfalls and swirls: Religiosity within the Nambiquara fluvial space

Anna Maria Ribeiro Fernandes Moreira da Costa<sup>1</sup>

anna-edu@hotmail.com

---

**Resumo.** O artigo tem como objetivo apresentar a simbologia que envolve o espaço fluvial dos grupos indígenas Nambiquara, localizados a Oeste do Estado de Mato Grosso, na Terra Indígena Nambiquara, demarcada pela Fundação Nacional do Índio em 1968, em plena Amazônia Legal. A linha que contorna o espaço apreendido e ocupado pelos Nambiquara tece-se nas urdiduras das suas representações culturais e resulta de um processo etno-histórico no decurso do contato entre povos indígenas vizinhos e grupos sociais oriundos de diversas partes do Brasil. O espaço Nambiquara é apreendido em suas representações, imagens e concepções, construído em função de seus sistemas de pensamento e de suas necessidades. A água, concebida e envolvida em significados mítico-religiosos, é o ponto de partida para o reconhecimento de seu território, é o primeiro traço registrado na cartografia improvisada na areia fina do pátio das aldeias, numa escrita efêmera, reformulada constantemente nas páginas de suas memórias.

**Palavras-chave:** Nambiquara, mítico-religioso, espaço fluvial, representações culturais.

**Abstract.** The article aims to present the symbolism surrounding the river area from Nambiquara indigenous groups, located in the western area of Mato Grosso State, on the Indigenous Land Nambiquara, demarcated by the National Indian Foundation in 1968, in the middle of Legal Amazon. A line bordering the area seized and occupied by the Nambiquara wraps itself in their cultural representations and results in an ethno-historical process based on the contact between neighboring indigenous peoples and social groups from different parts of Brazil. The Nambiquara space is apprehended in its representations, images and concepts, built in function of their thoughts systems and their needs. The water, involved in mythical-religious meanings, is the starting point for the recognition of its territory. It is the first registered trace in the improvised cartography of the villages, constantly rebuilt in the pages of their memories.

**Key words:** Nambiquara, mythic-religious meanings, river area, cultural representations.

---

<sup>1</sup> Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Docente do Centro Universitário de Várzea Grande, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e pesquisadora da Fundação Nacional do Índio.

O povo indígena Nambiquara, dividido em diversos grupos, vive em três ecossistemas: Serra do Norte, Vale do Guaporé e Chapada dos Parecis, a Oeste do estado de Mato Grosso e ao Sul de Rondônia, entre as cabeceiras dos rios Tapajós e Guaporé. Os personagens centrais deste estudo são os grupos que atualmente vivem na Chapada dos Parecis: Niyahlosu, Siwaihsu, Hinkatesu (este último mais conhecido como Manduca), Wakalitesu, Halotesu, Kithãulhu e Sawentesu. Habitam a Terra Indígena Nambiquara, com 1.000.000 ha, localizada a Oeste de Mato Grosso, na Amazônia Legal.

Em Mato Grosso e Rondônia, em decorrência das ações demarcatórias efetuadas pela Funai (Fundação Nacional do Índio), nas décadas de 1960 a 1990, as imensas terras ocupadas pelos diversos grupos que compõem a sociedade Nambiquara tornaram-se fragmentadas. Numa área descontínua, onze Terras Indígenas foram destinadas aos grupos Nambiquara, localizadas em três ecossistemas. A criação dessas “ilhas”, que em pouco tempo passaram a ser cercadas de fazendas por todos os lados, atendeu à demanda dos interesses dos novos proprietários de terras, beneficiados pelos projetos de desenvolvimento e de ocupação dos “espaços vazios”. A colonização dos diversos municípios, vista no âmbito das políticas de ocupação da Amazônia Legal, foi possível graças aos incentivos provenientes dos governos federal e estadual destinados a ampliar a produção agrícola e a criação de gado. Há anos, do outro lado da BR-364, Etreca Wasusu, do grupo Nambiquara do Vale do Guaporé, lembrou que

*[...] primeiro aqui era só índio! Não tinha americano, brasileiro, Funai. Nada! Era só índio... Aí o americano chegou, passou três luas e veio o civilizado. Civilizado... máquina... trator... caminhão. Fizaram estrada, derrubaram muito pau, botaram fogo. E aí começou: capim, capim, capim; caminhão, caminhão, caminhão; vaca, vaca, vaca; fazenda, arame, arame... Aí vieram mais civilizados, caminhão, vaca, vaca... Civilizado brasileiro muito, muito! Por quê? Por quê?*<sup>2</sup>

No Vale do Guaporé, acham-se as Terras Indígenas Sararé, Vale do Guaporé, Alantesu, Taihãntesu, Pequizal, Lagoa dos Brincos e Paukalirahjausu (em processo de identificação); na Serra Norte, encontram-se as Terras Indígenas Tubarão-Latundê, Pirineus de Souza; finalmente, na Chapada dos Parecis, a Tircatinga e Nambiquara, esta última, cenário deste estudo.

As terras dos grupos Nambiquara do Cerrado<sup>3</sup> são circundadas pela união de três linhas demarcatórias: a rodovia Marechal Rondon (BR-364, antiga BR-029) e os rios Juína, *Sisĩnjausu* (que em língua Nambiquara significa Água Fria), e Doze de Outubro, *Walukatuyausu* (que quer dizer Rio da Paca). Esses dois rios, unidos ao Juruena, Sakaiyausu (que significa Rio do Cará), e ao Camararé, *Waihalxiyausu* (Rio da Taquara de Flecha), respectivamente, delimitam a fronteira oficial a que foram circunscritos, quando os limites da Reserva Nambikwara foram retificados.<sup>4</sup> O rio Juína, um dos tributários da Bacia Amazônica, rola suas águas profundas e esverdeadas em trechos serenos, corredeiras fortes e encachoeirados até se encontrar com as do Juruena, que engrossadas com as do Camararé e outros afluentes contribuem para a formação do Tapajós.

Todavia, a linha que contorna o espaço apreendido e ocupado pelos Nambiquara do Cerrado tece-se nas urdiduras das suas representações culturais e resulta de um processo etno-histórico no decurso do contato entre povos indígenas vizinhos e grupos sociais oriundos de diversas partes do Brasil. Esses múltiplos espaços são assinalados ora por relações amistosas ora por conflitos, quando a alteridade se irrompe e passa a identificá-los como singulares.

O espaço Nambiquara é apreendido em suas representações, imagens e concepções, portanto, construído em função tanto de seus sistemas de pensamento quanto de suas necessidades. A água, concebida e envolvida em tantos significados, é o ponto de partida para o reconhecimento de seu território. Córregos e rios são os primeiros traços registrados na cartografia improvisada na areia fina do pátio das aldeias, numa escrita efêmera, reformulada constantemente nas páginas de suas memórias. Raros são os momentos em que os Nambiquara iniciam seus mapas na areia, ou mesmo no papel, pela BR-364, um dos limites oficiais do seu território, aldeias, montanhas ou outro ponto geográfico. É como se a sua região fosse algo quase sem limites, como o chão em que desenham, formada por rios indicados por riscos poucos sinuosos e pelas moradas dos vivos, dos mortos (cemitérios e montanhas sagradas) e dos seres sobrenaturais (campos, matas, montanhas sagradas, lagoas, cachoeiras e rebojos), indicadas por marcas arredondadas, oriundas da pressão de seus dedos sobre a terra. Sérgio Buarque de Holanda (1975, p. 20-21), ao descrever a ação expansionista dos paulistas desde o século XVI, exalta o conhecimento indígena em relação à vasta área percorrida do território brasileiro. Para o historiador,

<sup>2</sup> Depoimento de Etreca Wasusu ao indigenista Silbene de Almeida (Justiça Federal de Mato Grosso, 1996, p. 503).

<sup>3</sup> A designação Nambiquara do Cerrado, de idêntico significado que Nambiquara da Chapada dos Parecis, foi criada por Costa (1992).

<sup>4</sup> Os limites da Reserva Nambikwara foram alterados pelo Decreto n. 73.221, de 28 de novembro de 1973, a fim de anexar uma faixa de terra entre os rios Camararé e Doze de Outubro, ação que recuperou um fragmento do território mais ao Norte, de ocupação tradicional. Por sua vez, a aldeia Bacaiuíval e as circunvizinhas, do outro lado do rio Juína, ao Sul, foram desanexadas desses limites (Silva, 1975).

*[...] os indígenas eram capazes de desenhar mapas. Nos quais os principais acidentes eram registrados com perfeição, tais como os cursos dos rios, seus afluentes, cachoeiras, saltos, varadouros, enfim, utilizavam-se de sua prodigiosa memória cartográfica para riscar, na areia, o retrato de sua vivência próxima com a natureza. Os desenhos feitos pelos índios podiam ser comparados aos similares elaborados pelos cartógrafos medievais.*

Em relação aos Nambiquara, essa cartografia hidrográfica, mapeada no chão, constrói uma reterritorialização baseada em sua vivência, tecida com o entrelaçamento dos fios das histórias que eles mesmos escolhem para captar sua lógica espacial. Neste sentido, Guimarães Neto (2006, p. 54) afirma que

*[...] torna-se possível analisar as memórias que se entrelaçam aos espaços habitados, demarcados num intenso processo de reterritorialização; e, ainda, compor uma cartografia da experiência social que se delineia num desenho vivo e se expande na linguagem daqueles que se transformam nos atores sociais mais importantes da Amazônia.*

De fato, as narrativas sobre o saber hidronímico dos grupos do Cerrado, as quais brotam como nascentes d'água, vão além das informações toponímicas e refletem uma “cartografia da experiência” referente ao espaço atualmente vivenciado pelos grupos indígenas. No caso dos Nambiquara, um fragmento do estado de Mato Grosso que inclui, até mesmo, áreas que não foram contempladas pela demarcação territorial efetuada pela Funai, em 1968 e 1973. As histórias delineiam fronteiras vivas, reconfiguradas com as práticas cotidianas dos índios, entendidos como atores sociais, quando reinventam sua própria “pátria” e ressignificam essa produção do espaço, escrita na memória e reescrita a cada instante.

A documentação cartográfica oficial em nenhum momento privilegiou a taxonomia Nambiquara. Muitos nomes de rios, córregos e outros acidentes geográficos reconhecidos ancestralmente por esses índios foram renomeados nos primeiros anos do século XX por Cândido Mariano da Silva Rondon durante a passagem da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, mais conhecida como “Comissão Rondon”. Uma “luta simbólica”, nos termos de Bourdieu (2004, p. 146), pelo monopólio da nomeação que visa legitimar o espaço e propicia uma

*[...] luta simbólica pela produção do senso comum ou, mais precisamente, pelo monopólio da nomeação legítima como imposição oficial – isto é, explícita e pública – da visão legítima do mundo social, os agentes investem o capital simbólico que adquiriram nas lutas anteriores e sobretudo todo o poder que detêm sobre as taxinomias instituídas, como os títulos. Assim, todas as estratégias simbólicas por meio das quais os agentes procuram impor a sua visão das divisões do mundo social e da sua posição nesse mundo podem situar-se entre dois extremos: o insulto, idios logos pelo qual um simples particular tenta impor o seu ponto de vista correndo o risco da reciprocidade; a nomeação oficial, ato de imposição simbólica que tem a seu favor toda a força do coletivo, do consenso, do senso comum, porque ela é operada por um mandatário do Estado, detentor do monopólio da violência simbólica legítima.*

Mas essa desconsideração nominativa não se instalou somente na topografia; ela se fez presente na autodenominação desses grupos que deixaram de ser Halotesu, Wakalitesu, Sawentesu, Kithãulhu, Niyahlosu, Siwaihsu e Hinkatesu para genericamente serem conhecidos por Nambiquara. Alheia ao léxico do idioma desses índios, o termo Nambiquara, do tupi-guarani (Bueno, 1984, p. 223), torna comum todos os grupos, desconsiderando suas características culturais. Em referência a essa designação, Cândido Mariano da Silva Rondon (1947, p. 45) pondera que “[...] é de muito tempo conhecido e lhes foi dado pelos sertanejos. Não sabemos ao certo a sua denominação própria. Das mais antigas referências a essa gente às mais modernas, nada positivamente se podia colher no que concerne a condições étnicas”.

A espacialidade Nambiquara, ao distanciar-se da cartografia dominante em relação à nomeação dos cursos dos rios para adentrar na do Nambiquara, apropria-se da visibilidade de um enunciado cultural específico. Consiste, portanto, em um relicário de saberes que em renovação constante aponta novas perspectivas ocupacionais que se forjam na interseção do trabalho, do lúdico, do mítico, do religioso, buscando a resolução de seus impasses com vistas ao bem-estar coletivo. Assim sendo, esse território encontra-se em constante construção, do que advém o desafio contínuo de conhecer o novo, de experimentar outras situações: “[...] é preciso imaginar muito para ‘viver’ um espaço novo” (Bachelard, 1978, p. 331). A cartografia Nambiquara, um elemento altamente estratégico, demonstra que lugares e memória se fundem para descrever paisagens, reflexos de processos distintos utilizados para conceber determinados espaços.

A perenidade desse complexo de águas é fortemente influenciada pela sazonalidade das chuvas que ocorre

entre os meses de outubro-novembro.<sup>5</sup> Em especial, os homens mais velhos são exímios conhecedores dos cursos dos rios que banham suas terras, por menores que sejam. Rios que nos primeiros anos do século XX tiveram sua nomenclatura substituída pela oficial. Vê-se que a quase totalidade da rede hidrográfica dessa região inexistia nos atlas histórico-geográficos e mapas avulsos que são veiculados nas instituições educacionais da sociedade brasileira, e até mesmo a produção acadêmica de Mato Grosso dificilmente contempla tais estudos.

A nomenclatura desses rios e córregos data dos tempos primeiros. De conformidade com os mitos Nambiquara, uma mulher-espírito, *Kwalibahaitalisu*, representada pela andorinha-da-mata, ao empunhar sua espada, num voo rasante, perfurou *Talensu*, uma montanha de pedra. Sua ação ocasionou a saída de muitos índios Nambiquara, momento em que puderam deixar o local para, em seguida, por determinação da ave, ocupar espaços distintos, edificar suas casas, atribuir nomes aos rios, córregos e outros aspectos geográficos dessas regiões. Essa nomenclatura também pode ser proveniente da denominação das próprias aldeias edificadas próximas aos cursos d'água, de frutas, animais, de ações e ocorrências que envolveram índios, *anunsu*, e não indígenas, *kwajantisu*, os “comedores de feijão”.

Todos os rios que nascem nos antigos limites do território dos Nambiquara do Cerrado são formadores da maior bacia hidrográfica do mundo – a Amazônica, com suas nascentes localizadas na Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia. No Brasil, abrange os estados do Amazonas, Pará, Amapá, Acre, Roraima, Rondônia e Mato Grosso. Cortado pela linha do Equador, o rio Amazonas apresenta afluentes nos dois hemisférios do planeta. Dentre os principais tributários da margem esquerda encontram-se o Japurá, o Negro e o Trombetas; na margem direita, o Juruá, o Purus, o Madeira, o Xingu e o Tapajós. É o Tapajós que recebe as águas que banham o território Nambiquara para, então, encontrar-se com o Amazonas, que o espera no Pará. A bacia hidrográfica do Tapajós estende-se totalmente em território brasileiro e acha-se nos estados do Amazonas, Pará e Mato Grosso. Entre seus formadores destacam-se os rios Arinos, responsável pela maior vazão d'água, e o Sakaiyausu, Juruena, que em português quer dizer rio do Cará (espécie não comestível, por ser seu paladar nada apreciável), seu formador mais extenso, situado no limite Leste do território oficial dos Nambiquara, junto com o rio Sisunjausu (Juína). O rio Sakaiyausu (Juruena)

*[...] nasce na encosta da serra dos Parecis e, correndo para o norte, vai juntar a sua água à do Teles Pires, onde recebe a denominação de Tapajós. Com mais de mil metros de largura, vem sendo navegado pelos civilizados desde 1800. O levantamento foi feito pela Comissão Rondon, iniciado no ano de 1911, por uma turma que teve como chefe o então capitão Manoel Teófilo da Costa Pinheiro. Dentre os frequentadores do rio destacam-se os nambiquaras e os parecis. Conta-nos o então tenente Júlio Caetano Horta Barbosa que, quando do seu encontro com os nambiquaras, no rio Juruena, para receber os presentes, dois índios enfrentaram o rio. Um deles colocou dois talos de buriti debaixo dos braços, para servir de bóia, e o outro índio pegou nos pés do primeiro, trazendo fumo, mel-de-abelhas e colares que deram aos civilizados em troca do que recebiam. A denominação dada pelos índios parecis ao rio Juruena é Ana-a-iná, que significa “rio onde o cacique Aná costuma beber água” (Rondon, 1970, p. 28).*

Roquette-Pinto (1919, p. 289) também chama atenção para o hábito de usar talos de buritis na travessia dos rios. Segundo ele, os Nambiquara “[...] não nadam nem navegam e, se precisam atravessar os rios, valem-se de um feixe de talos de buriti sobre o braço, à moda de um flutuador”. O pecíolo ou bainha das folhas dessa palmeira, depois de ressecado, era amarrado em feixes e usado como balsa para a travessia de rios. Entretanto, a balsa de buritis foi paulatinamente substituída pelo fio de aço empregado nas Linhas Telegráficas<sup>6</sup> que, esticado de margem a margem, serve de travessia ao rio Juína, *Sisunjausu*. Alguns anos após a instalação dos telégrafos, esses fios foram incorporados ao cenário e à vida Nambiquara.

Para singrar os cursos dos rios, os Nambiquara não têm o hábito de construir embarcações talhadas em casca de árvore, como seus vizinhos Enawene-Nawe e Rikbaktsa, por exemplo. Nos relatos da “Comissão Rondon” são encontradas indicações desses índios utilizando talos de buriti, numa espécie de balsa, para a travessia de rios, principalmente o *Sisunjausu*, Juína. Também há informações de que esses índios “[...] não sabem construir canoas; atravessam os rios a nado, quando muito pondo sob o braço esquerdo um feixe de talos de buriti, material que bóia tão bem como a cortiça” (Anônimo, 1916, p. 327). Como complemento dessa informação, Mello (s.d., p. 18) informa que os Nambiquara

<sup>5</sup> Para saber mais sobre a bacia hidrográfica Amazônica, consultar Maitelli (2005).

<sup>6</sup> Oberg (1953, p. 84) afirma que os guarda-fios, trabalhadores dos telégrafos, estavam sempre ocupados a recuperar a postes e linhas, pois os Nambiquara costumavam carregar toda a quantidade de fios.



*[...] não são navegadores; não conhecem a canoa, apenas usam para transpor os rios de jangadinhas, ou melhor, de uns molhos grandes de talos de buriti, sobre os quais impõem seus cestos e armas e nadam para a outra margem, segurando neles. Nos rios mais estreitos, mas que não dão vau, fazem pinguela.*

Nas décadas de 1970 e 1980, com recursos advindos do Projeto Nambikwara e do Polonoroeste, os Nambiquara adquiriram barcos de alumínio movidos a motor de popa para singrar os rios Juína e Doze de Outubro, com fins pesqueiros e de fiscalização de seus limites territoriais. Nos anos de 1980, Zezinho e João Maxixe, ambos Halotesu, depois de aproximadamente um mês de trabalho, exibiram com orgulho suas canoas, de mais de 5 metros de comprimento, esculpidas em mogno, à maneira do pilão, contrariando, assim, alguns registros mais antigos. Costa (2010, p. 319) informa que

*[...] atualmente a navegação, que passou a fazer parte do cotidiano dos Nambiquara, é praticada com três barcos, um para navegar o rio Doze de Outubro e os outros, o Juína, estes ancorados no porto do Canguru, nome dado em homenagem a um índio já falecido que edificou sua morada nesta localidade, no porto da Cachoeira, mais à montante.*

Também utilizam córregos e rios para a pesca do matrinxã, pacu, traíra, piau, jau, pintado, lambari, bagre, cará, piauzinho (com arco e flecha-espeque, arpão, timbó e, após os primeiros contatos com os não indígenas, linha e anzol). Essa atividade é praticada com extrema cautela, pois seres sobrenaturais, que podem tomar emprestada a figura de animais, estão sempre à espreita do momento oportuno para atacar. Desde os tempos remotos, de acordo com os mitos, esses seres habitam as águas dos rios e praticam atrocidades. Pereira (1974, p. 31-32) explica que

*[...] o velho Neàlosu foi com seu filho matar peixinho com timbó. Chegando à beira de um córrego, Neàlosu espremia as folhas de timbó na água e o filho recolhia os peixinhos mais em baixo. O menino ia cantando e assobiando. A boipeba ouviu o menino cantar e se pôs a sondá-lo. Quando o menino se aproximou, a boipeba o flechou e matou. Neàlosu esperou pelo filho e nada dele voltar. Procurou, gritou, chamou. E nada. Então voltou para a casa e chamou o velho Kukalisu (lagartixa papa-vento amarela) e pediu para procurar seu filho. Kukalisu procurou e o encontrou morto dentro de um buraco. Enterrou e chegando a casa contou para Neàlosu: – Encontrei seu filho morto dentro de um buraco. Foi boipeba quem matou. Então, Neàlosu*

*chamou o beija-flor e a juriti para ajudarem. O velho Kukalisu explicou para o beija-flor e a juriti onde era a casa da boipeba e disse que a porta era bem fechada. Quando encontraram no buraco da boipeba, primeiro o beija-flor voou bem alto e desceu de lá de cima rapidamente, fazendo um grande barulho. A juriti fez a mesma coisa. A boipeba mandou os filhos ver o que era aquilo. As crianças puseram a cabeça fora do buraco e disseram: – Vem ver, mamãe, que nós não estamos vendo nada! A boipeba foi ver. Quando pôs a cabeça fora do buraco, o beija-flor a flechou. A boipeba caiu morta ali mesmo. – E agora, o que vamos fazer? Falaram a juriti e o beija-flor: – Vamos jogar na água ou vamos enterrar? Nessa hora, o gavião apareceu e pediu para comer a boipeba. Por isso, até hoje, esse gavião só come cobra.*

Córregos e rios também são procurados para o banho, abastecimento de água da casa, armazenagem de alimentos (massa de mandioca e pequi), lavagem de roupas e utensílios domésticos. Em todas essas atividades, o lúdico se faz presente. Em dias quentes, em especial, córregos e rios são repetidamente frequentados pelas famílias, hábito presente desde o “tempo de antigamente”. O gosto que os Nambiquara têm pelo banho acha-se registrado em sua memória, de acordo com os relatos orais, desde os primeiros tempos. Prosseguindo em seus estudos, o autor narra que

*[...] um velho matou um bicho. Um moço pediu o fígado. – Não, você comendo o fígado do bicho, seu fígado dói. Então, o moço pediu as tripas. – Não, você comendo as tripas, suas tripas doem. Assim, tudo que o rapaz pedia para comer, ia doer nele: o braço, o pé, o espinhaço, as costelas, a perna e a mão. O rapaz disse: Então eu vou é tomar banho e beber água. – Ah, isso é uma coisa boa! O moço tomou banho e bebeu água. Por isso é que o Nambikuára acha isso bom (Pereira, 1974, p. 47).*

O prazer de se banhar a todo instante também está presente entre os Nambiquara. É nesse momento que as crianças, que nunca vão sozinhas ao rio, começam a aprender a nadar. Enquanto suas mães lavam roupas e vasilhames, os filhos, bem próximos delas e sob seus olhares atentos, dão seus primeiros mergulhos. Um pequeno e raso trecho do rio é delimitado por troncos de árvores, a fim de que não extrapolem o espaço seguro, evitando a ação da correnteza. Quanto aos jovens e adultos, nadam longos trechos por debaixo d'água, numa demonstração de grande capacidade de reter o ar nos pulmões. Sobre esse hábito, Pyreneus de Souza (1920, p. 7) informa que os Nambiquara “[...] nadam e mergulham muito bem.

Não têm medo de mergulhar nos poços mais fundos, enraizados e de águas escuras”.

Moradores de aldeias onde o abastecimento d'água é inexpressivo para um banho mais refrescante, em visita àquelas aldeias agraciadas por um belo córrego como, por exemplo, a Central, Serra Azul, Branca e Camararé, logo ao chegarem procuram o rio para banhar-se. Mas, na idade mítica, segundo eles, o banho também serviu para castigar até a morte uma menina preguiçosa. Pereira (1974, p. 49) relata que

*[...] uma mãe tinha uma menina muito preguiçosa. A mãe mandava a menina buscar água e ela não ia. Mandava buscar lenha: não ia também. A menina não queria fazer nada. Então, a mãe se zangou e prendeu a menina. A mãe a toda hora dava um banho na menina e não deixava esquentar nem um pouco. A filha chorava de frio. Foi indo, a menina morreu. O Nambikuára aprendeu daquela mulher a prender a filha quando sai o primeiro sangue, mas não mata a filha de tanto dar banho.*

Durante o dia, as imediações dos córregos e rios abastecidas por trilhas estreitas que adentram as florestas de galeria são frequentemente procuradas por casais que buscam um lugar reservado para as carícias amorosas, longe dos olhares curiosos. Após o enlace, o banho é regado por cortejos e brincadeiras, ao som de suas gargalhadas.

A noção espacial que os índios têm de seu território, com suas aldeias, campos, matas, várzeas, elevações, depressões, rios, córregos, lagoas, rebojos, cachoeiras, é espantosa. Rapidamente, na programação de expedições de caça, pesca e coleta, para abrir trilhas, aldeias ou clareiras na mata para a prática agrícola, os homens se agacham e desenham na areia, com o dedo indicador, a direção a ser seguida. Essa cartografia improvisada, precisa para seus interesses, parte da nascente dos rios, com suas águas ainda solteiras, até sua foz, num encontro esverdeado, característica do cerrado.

Como para os Nambiquara “todo rio tem espírito de peixe”, “toda cachoeira tem animal”, essa hidrografia encantada representa a morada de muitos seres sobrenaturais, em especial, do casal de peixes *Kikayãulhu* e *Kikayãuli*. Esta espécie pode estar em vários córregos e rios, pois lhe cabe a capacidade da reprodução. Em entrevista (Cuiabá, 06/11/2006), Orivaldo Halotesu contou que

*[...] viu o espírito da cachoeira. Marquinho [seu filho] que viu primeiro. Eles foram espiar o espírito. Anael*

*e Marquinho [seus filhos] correram. Eu conversei com o espírito que não veio para matar, mas para pescar. Tocar flauta de nariz ele gosta, ele aparece. Se gritar na beira do rio, ele vem [imita o som do espírito da cachoeira]. Ele não gosta da cor vermelha, branca. Ele gosta da cor preta. Ele não corre, mas quando mergulha, sai igual peixe. Ele não gosta de sol. Igual peixe, quando sai fora d'água, ele morre<sup>7</sup>.*

Com referência à *Kikayãuli*, o depoente relatou também que as cachoeiras são suas moradas preferidas e que

*[...] é parecida com gente e seu pé é parecido com lobó [peixe]. Tem mão de gente. É perigosa. Se ela morrer, morre peixe, seca água, diminui água. Tem homem e tem mulher. Ela é dona do rio, do peixe, tracajá e jacaré. Também gosta de água suja. O pajé pode ir lá para cantar para ele para não ficar triste, mas é muito perigoso.*

Assim, o *wanintesu* precisa cantar para alegrar *Kikayãuli*, pois, ao agredir sua morada com a derrubada das matas próximas às corredeiras e cachoeiras, ele fica triste e poderá vir a falecer. Sua tristeza provoca a diminuição das águas e, até mesmo, dos peixes, tracajás e jacarés. Em entrevista, Fuado Sawentesu (Cuiabá, 06/11/2006), em seguida, complementa a informação de Orivaldo: “[...] quando derruba [a mata] fica muito quente; o mesmo acontece com o rio. Tem que cuidar, proteger o rio para não secar, diminuir água ou acabar com peixe”.

A água é também a morada de muitos espíritos do mau, sempre dispostos a atacar. Mesmo com interferência dos espíritos ancestrais e sobrenaturais benfeitores que se empenham para que não os encontrem, esses seres inumanos criam circunstâncias propícias para cruzar seus caminhos. Acreditam que o simples fato de vê-los pode levar à morte, caso não seja um *wanintesu*, pajé. Este deve incumbir-se de indicar os lugares inapropriados à presença humana, assim como ensinar-lhes seus nomes, sua aparência física e seus hábitos, incluindo os alimentares (especialmente cadáver putrefato, sangue, tubérculos coletados no fundo dos rios).

Os Kaiabi, habitantes das terras dos rios Teles Pires, dos Peixes e do Xingu, em Mato Grosso, também entendem a água como reduto de seres inumanos. Para eles,

*[...] em todos os rios vivem os karuat. Não se sabe se são homens ou mulheres, mas são chefes de todos os animais de água e muito perigosos para os humanos.*

<sup>7</sup> Esta e as demais entrevistas foram realizadas por Anna Maria Ribeiro Fernandes Moreira da Costa na aldeia Central da Terra Indígena Nambiquara e em Cuiabá, Mato Grosso.

*Eles puxam o homem pelo pé para o fundo da água (Narwé). Um dos karuat é o tacapéi, a onça d'água. Ele se parece com a onça, mas os ai'na e o panyé podem vê-lo na forma humana porque ele é exatamente como um homem (Maireru). Na água também vive uma harpia – kwanoaiip que o comum dos homens não pode ver. Tem a aparência de um homem e é chefe de todas as harpias (Grünberg, 2004, p. 202).*

Samuel Kithãulhu (Aldeia Central, 28/02/2006) contou que a morte de um jovem Kithãulhu, em 2005, foi ocasionada pela ação maléfica de uma mulher-sereia. Ele “[...] estava trabalhando, pegou uma pedra grande, fez aquela força! Ela que atacou. A mulher-sereia. Na verdade, foi a mulher que atacou. Ela estava marcando ele”. Esse espírito feminino, *Kikayãulhu*, habitante das águas, segundo a descrição dos índios, possui formosura ímpar, similar às sereias. Essas mulheres-espíritos ficam à espreita dos homens quando se dirigem sozinhos aos córregos e rios para pescar ou banhar. Expostas da cintura para cima, ocultam sua espécie e seus longos cabelos negros, que emolduram uma beleza indescritível, escondendo suas intenções: encantá-los também com a doçura de seu canto e de suas carícias, até conduzi-los às profundezas d'água, de onde jamais retornam. *Kikayãulhu* ou *Uakanasu* também mora em águas subterrâneas. Em entrevista, o índio Mané Manduca (Aldeia Central, 01/07/2006) explicou que

*[...] Uakanasu fica no rio, companheira de kakayãulhu. Qual o papel delas? Pegar a pessoa e consumi-la. [...] Por debaixo tem um buraco, lá que tem alma perigosa, espírito da natureza. Ela mora lá embaixo, lá dentro é água. Ela é muito bonita, só que é ruim, ruim. Na pesquisa de Samuel, ele encontrou aqueles pedaços de pedra.*

Para os Nambiquara, a morte aparentemente repentina do rapaz Kithãulhu foi causada pela ação da mulher-sereia. Relatos revelaram que *Kikayãulhu* “estava marcando ele fazia muito tempo”. Samuel Kithãulhu, um *wanintesu*, inconformado com o incidente fatal, no mesmo dia saiu, solitário, em expedição venatória até o local onde ocorreu o encontro entre os dois – o rapaz e a sereia – e recolheu algumas pedras partidas, indícios da presença desse ser mítico. De volta à aldeia, ofegante e extremamente agitado, exibiu o que havia encontrado, comprovando a todos a autoria de tão grande malefício.

Além desses entes aquáticos, Pereira (1973, p. 4-5) informa que, dentre as inúmeras espécies de espíritos

maus, os Nambiquara temem o casal *Kikiãulhu*, habitante de pequenos córregos. Esses seres, tanto os do sexo masculino quanto os do feminino, têm corpos brancos e cabelos compridos. Gostam de se mostrar asseados e sempre com a aparência de gente nova, jamais envelhecendo. Ambos adornam suas cabeças com aro de pena de arara vermelha. Os *Kikiãulhu* percorrem as águas na companhia de ariranhas. Temerosos de seus castigos, os índios não matam e não comem a ariranha porque podem contrair doença e morrer em consequência do vento que adentra o corpo da vítima e percorre sua corrente sanguínea.

Da mesma forma, creem na entidade conhecida como *Alutzu*, que carrega uma panela de barro nas costas à maneira do cesto-cargueiro, *hatisu*. Há também um espírito maléfico denominado *Ukanázu*, espécie de jacaré que habita nos poços e saltos, enquanto que seus filhos preferem os córregos. De corpos totalmente brancos e cabelos compridos<sup>8</sup> como os *Kikiãulhu*, esses seres raptam crianças e as levam para os rios, onde serão devoradas. Já o *Uakalatasu*, também semelhante ao jacaré, vive nos saltos e tem o costume de levar as pessoas para dentro d'água, engolindo-as. Sua urina é tão fétida que ocasiona profundo mal-estar naquele que a inspira.

Ainda de acordo com Pereira (1973, p. 7), o ser inumano *Podntzu*, habitante dos alagadiços, possui “[...] dois espinhos vermelhos na cabeça e mais alguns nas costas. [...] Costuma pegar as crianças e as carregar espetadas nos espinhos das costas. *Podntzu* tem o rabo curto, mas os pés são de tamanho avantajado. Ao meio-dia costuma sair também no campo seco”. Outro espírito do mau que vive na água e que persegue os Nambiquara é o *Ualuru*, semelhante ao tatu-canastra. Seus pés têm apenas um dedo com uma unha, colorida de amarelo, vermelho e azul. Em geral, os *wanintesu* enfrentam e matam essa fera com sua espada de madeira, após o que vem a estiagem. Quando vivo, na companhia de um *Hatikisu*, espécie de tartaruga aquática que habita as nascentes dos cursos d'água e o conduz ao subsolo para a perfuração, faz minar água da terra até ocasionar uma inundação. A urina fétida e contagiosa pode provocar feridas letais aos índios descuidados que entram em contato com ele.

Já o *Alaaintzu* (ou *Alaatasu*), uma arara vermelha de tamanho descomunal, irmã do jacaré,

*[...] vive nas imediações da lagoa Kasuleniendis, próxima ao rio Juína. Se uma pessoa chegar perto dessa lagoa e perceber que o céu começa a se tornar vermelho é sinal evidente de que alaaintzu viu a pessoa. [...] Se a pegar, segura-a com as unhas do pé e a bica até matar.*

<sup>8</sup> As mulheres Nambiquara, independentemente da idade, não têm o costume de deixar seus cabelos muito compridos. Usam cobrindo a nuca e, em menor escala, na altura dos ombros.



*O mais seguro, ao notar que o céu se faz vermelho, é afastar-se imediatamente e, mais seguro ainda, nunca chegar perto daquela lagoa. Basta ver alaintzu para vomitar e necessariamente morrer, porque nenhum pajé conhece remédio para esses vômitos. O maior perigo, no entanto, é para a mulher que acaba de dar à luz e sobretudo para a menstruada, porque alaintzu cheira e persegue o sangue catamenial (Pereira, 1973, p. 8).*

Pereira, nesse mesmo estudo, relata que o espírito mau *Alunlahatasu*, uma sucuri que vive na água, foi a responsável pela mudança de uma aldeia que, mais tarde, recebeu de Cândido Mariano da Silva Rondon a denominação de “Vinte de Setembro”, mais conhecida por “Aldeia Vinte” e que até hoje é um ponto de permanência para os Nambiquara. Há, ainda, dentre tantos, outras entidades malevolentes, o *Dihatasu*, outra sucuri de dentes tortos como anzóis, capaz de engolir uma pessoa; o *Nitalukisu*, cabeçudo e com chifres, que passa todo o tempo deitado nas águas paradas das lagoas; e o *Uaihalatasu*, um inseto com ferrão semelhante à ponta de uma flecha e que faz sua morada nas lagoas turvas.

Lagoas piscosas e cristalinas são o *habitat* propício dos seres sobrenaturais, semelhantes às anacondas, em especial, a *Tihatasu*. O território Nambiquara é agraciado pela beleza de inúmeras lagoas, mas todas elas, sem exceção, vistas sempre com cuidado extremo. Nas proximidades da aldeia Buriti, morada do casal Halotesu, Zezinho e Tereza Evelina, existe um complexo de pequenas lagoas impróprias ao banho. Cotidianamente, seus moradores, mesmo à luz do dia, banham-se somente nas suas margens com o auxílio de um caldeirão de alumínio e cuias de cabaça porque são sabedores de que naquelas águas misturam-se enormes e perigosas sucurs. Esses répteis, segundo Orivaldo Halotesu (Cuiabá, 06/11/2006), não podem ser capturados, pois acreditam que “[...] são todos espíritos brabos e se matá-los, a lagoa seca. Eles nem mesmo podem ser vistos, principalmente a sucuri curta, que parece curta, mas não é. Quem conseguir avistar este animal é igual enxergar o pé de buriti na água”. Também em entrevista, o índio Fuado Sawentesu (Cuiabá, 31/05/2007) explicou que na “[...] região de Caranã tem duas lagoas. Tem jacaré e não pode matá-lo porque as lagoas secam”.

As águas cristalinas do cerrado, dentro da cosmovisão Nambiquara, abrigam uma quantidade de espíritos maléficos, alguns deles com hábitos antropofágicos. Inspirando-se em Bachelard (2002, p. 105), as águas têm um poder de transformação e tornam-se “águas profundas”, “águas dormentes”, “águas mortas”, “águas pesadas”

No pensamento do filósofo, a água

*[...] é a substância que melhor se oferece às misturas, a noite vai penetrar as águas, vai turvar o lago em suas profundezas, vai impregná-lo. Às vezes a penetração é tão profunda, tão íntima que, para a imaginação, o lago conserva em plena luz do dia um pouco dessa matéria noturna, um pouco dessas trevas substanciais.*

Lagoas de águas sujas são temidas pelos índios Boe (Bororo), vizinhos situados a Sudeste do território Nambiquara, que

*[...] costumam ter cheiros ruins, principalmente às margens, por causa de restos de resinas e plumas usados pelos homens durante as representações cerimoniais, que podem causar doenças. Por isso, ao tratar do doente, o Aroe Etarwara Are diz tirar o cheiro do Mano, do Aije, do Noa, substâncias associadas a regiões pantanosas, insalubres, de cheiros fétidos, tal como aquele que emana dos cadáveres ainda não lavados (Viertler, 1991, p. 209).<sup>9</sup>*

Nascentes d'água, buritizais, brejos, cachoeiras, lagoas e rebojos são visitados com restrição por pessoas Nambiquara despreparadas para possíveis enfrentamentos com seres inumanos, as quais evitam ir a esses locais desacompanhadas, até mesmo durante a luz do dia. Entendidos como lugares de seres míticos, grande parte de índole má, não são propícios ao banho ou brincadeiras, independentemente do volume ou da intensidade da queda d'água. Em relação à periculosidade dos trechos encachoeirados dos rios, Fuado Sawentesu informou que no rio Juína, *Sisunjausu* (rio da Água Fria ou rio da Bunda Fria), abaixo da foz do córrego Água Bonita, *Wasakokiyausu*, que quer dizer rio do Coró Taturana,

*[...] tem cachoeira bem braba! Odair [genro de Paulo César Sarwentesu e filho de Fuado Sarwentesu], pequeno ainda, Evaristo [seu filho], meu pai, Reginaldo, eu. Arrasta barco, passou bem grande, cabelo meio preto, sentado no meio da pedra, no meio do rio. Depois de remar para chegar lá [na pedra], não achar nada. Quando cheguei no meu seringal, meu nariz saiu sangue. Me assustou. Passa-ro bem grande. Eu estava pensando urubu. Todo mundo está enxergando. Me assustou mesmo. Quase desmaiei. Meu nariz ficou com cheiro de sabonete, perfume, gosto ficou ruim. Por isso, pessoal tem medo de pescaria. Agora eu fiquei teimoso ao entrar na cachoeira também. Se arara vermelha sai debaixo da cachoeira, você não fica vivo.*

<sup>9</sup> Para Viertler (1991, p. 78-119), “cadáveres ainda não lavados” indicam que não foram enterrados definitivamente e que seus ossos não passaram pela lavagem e ornamentação. Sobre as etapas que compõem o funeral Bororo, ver especialmente, nessa mesma obra, “As etapas do ciclo funerário”.

*Nunca eu encosto nessa cachoeira! (Fuado Sarwentesu, Cuiabá, 06/11/2006, Entrevista).*

Orivaldo Halotesu, ao referir-se a um fato ocorrido há longo tempo, quando os Nambiquara encontraram no cerrado grande abundância de uma espécie de cará nativo, preocupou-se em enfatizar a importância de uma cachoeira que se localiza nas proximidades das cabeceiras do rio Juína. Nesse lugar cantaram *Sisakabaigtnesu* (*sisakaba* = cachoeira; *igtnesu* = música), em entrevista, informou que

*[a]ntigamente, quando Nambiquara não tinha comida [vegetais cultiváveis em roças], povo achou bastante sisakisu, comida natural do campo, cará do campo, nome de comida tradicional, igual raiz de mandioca mesmo. É branca e comprida. Achou bastante neste cerrado. Povo está animado. Povo fez festa para essa comida. Cantou ao redor da cachoeira. Pode acampar (Orivaldo Halotesu, Cuiabá, 06/11/2006).*

Adjetivar cachoeiras com a palavra “braba” é uma construção constante entre os Nambiquara. Tal designação dá-se em consequência dos entes sobrenaturais como a sucuri, o urubu, a arara, dentre outros, habitarem nessas águas e, por isso, serem seus donos. Fuado Sawentesu conta que as lagoas, mesmo que sejam piscosas, devem ser tratadas com muito cuidado porque “[...] têm alma perigosa, peixe perigoso. Mulher menstruada não pode se aproximar dessa lagoa. Sangue é forte. Só com o cheiro de sangue eles começam a atacar” (Orivaldo Halotesu, Cuiabá, 06/11/2006).

À noite, os índios não costumam frequentar cursos d’água em virtude do perigo que podem oferecer, tanto pela presença de espíritos sobrenaturais como das várias espécies de animais de hábitos noturnos que procuram os rios para saciar sua sede. Mesmo à luz do dia, o banho de rio é proibido às mulheres com fluxo sanguíneo. Em geral, sempre acompanhadas, chegam até as suas margens, enchem o caldeirão de alumínio e se banham com cuia de cabaça, ou mesmo de plástico. Por ser apreciado por vários seres inumanos, o sangue catamenial não deve seguir rio abaixo para também servir de alimento aos peixes.

Todos, nessas águas encantadas, indistintamente, são proibidos de fazer suas necessidades fisiológicas. Desde pequeninas, as crianças aprendem que urinar e defecar nos córregos, rios, lagoas e rebojos as coloca na categoria de animais. Esse hábito também acarretaria malefícios à saúde dos índios, causando-lhes fortes dores abdominais.

Essas impressões, misturadas à paisagem hidronímica, produzidas pelas práticas dos índios, constroem a justificativa do porquê de suas aldeias serem edificadas a certa distância das águas, sejam elas das nascentes, cór-

regos, lagoas, rios, rebojos e cachoeiras. Mello (s.d., p. 7) comunica que os Nambiquara “[...] não colocam a choça imediatamente junto ao rio e à roça nem dentro da mata ou das várzeas, mas sem ser longe da lavoura e da água, em lugar alto e plano no cerrado enxuto e arenoso”.

Mendes (1982, p. 13) afirma que os Nambiquara

*[...] preferem morar no campo, onde abrem uma clareira para a instalação da aldeia, mas com a condição de que esta fique próxima à mata, onde eles fazem suas roças. A preferência pelos campos para a moradia se explica pela existência de areia em abundância onde os índios Nambikwara preferem dormir e se consideram bem instalados.*

O relato do antropólogo fornece uma única explicação para a preferência dos índios instalarem-se no campo, por haver grande quantidade de areia, ideal para a edificação das aldeias e, especialmente, para dormir no chão, hábito desse povo. Entretanto, Mané Manduca explica que todos os grupos Nambiquara do Cerrado optam por construir suas casas nos campos, longe da água para evitar que seus filhos pequenos não tenham acesso fácil a ela, impedindo mortes por afogamento. Mas não só por isso. Existem, segundo entrevista com Mané Manduca (Cuiabá, 12/10/2005),

*[...] lagoas muito perigosas, onde ficam os demônios. Quando os índios vão para lá, os espíritos que moram nessa lagoa começam a fazer barulho. No rio Juína tem cachoeira perigosa. O espírito da cachoeira ficou com raiva e atacou o Orivaldo, que foi mordido de cobra. Militão [Halotesu] tem uma lagoa perigosa. Foi ali que aconteceu. O demônio da lagoa pegou o Militão. Militão e Aristides foram pescar em lugares separados. Aristides pescando com anzol. Esse anzol era único e muito querido dele e o anzol pareceu que se enroscou dentro d’água. Ele entrou na água e uma cabaça de bico torto agarrou e não conseguiu livrar dela.*

É também por conta da mãe d’água, *Wakanasu* ou *Kikayaulhu*, que, segundo Mané (Cuiabá, 12/10/2005), temem construir casas nas proximidades das águas. Ela assemelha-se à “[...] sereia, e é feiticeira. Mata as pessoas tacando veneno. Ela trabalha mais com feitiço”.

Essas lagoas, cercadas de buritis, podem ser encontradas nas florestas de galeria e fazem parte da paisagem dos campos cerrados. À paisagem incorporam-se, nos termos de Michel de Certeau, as “artes de fazer”, e, nos termos de Santos, do “trabalho corporificado em objetos culturais”. Assim, a paisagem “[...] é um conjunto

de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço” (Santos, 1997, p. 98).

O rio Juína consiste em um espaço fronteiro de disputa dos índios, *anunsu*, e não indígenas, *kwajantisu*. Mas, afinal, “a quem pertence a fronteira?”, indaga Certeau (2002, p. 213):

*O rio, a parede ou a árvore faz fronteira. Não tem o caráter de não-lugar que o traçado cartográfico supõe no limite. Tem um papel mediador. [...] É também uma passagem. [...] Ela é um “entre dois” – “um espaço entre dois”. O relato, ao contrário, privilegia, por suas histórias de interação e aponta fatos da fronteira em ponto de passagem, e o rio em ponte. “Onde o mapa demarca, o relato faz uma travessia. [...] Instaura uma caminhada (“guia”) e passa através (“transgride”). O espaço de operações que ele pisa é feito de movimentos: é topológico, relativo às deformações de figuras, e não tópico, definidor de lugares. O limite aí só circunscreve a modo de ambivalência. Ele mesmo, um jogo duplo.*

Os rios Juína-Juruena e Doze de Outubro-Camararé e a BR-364, limites oficiais da Terra Indígena Nambiquara, podem ser entendidos como linhas divisórias de um país, o dos Nambiquara, que faz limite com o dos Enawene-Nawe e dos *kwajantisu*. Esse espaço geográfico é cultural, na medida em que suas práticas narrativas e de caminhadas são capazes de produzir uma memória histórica. As águas do Juína-Juruena e do Doze de Outubro-Camararé e a rodovia os conduzem nessas espacialidades do decurso das suas práticas, das suas lembranças. Nesse território aparentemente perdido, incontáveis espíritos ancestrais e sobrenaturais habitam antigas moradias sagradas – montanhas e cemitérios – ainda que as aldeias estejam desabitadas. “Eles ainda não foram incomodados”, explicam os Nambiquara.

A hidronímia Nambiquara, carregada de sentido simbólico, reflete uma relação natureza/homem articulada à imagem que essa sociedade constrói de si própria: como se agrupam, em que creem, o que lembram e, até mesmo, o que esquecem. Na esteira de Giannini (1994, p. 145),

*[...] cada sociedade possui certa criatividade cultural explicitada na forma como esta socializa a natureza. Analogias e metáforas [...] no discurso cotidiano, mítico e ritual das sociedades indígenas reforçam o sentimento de que homens e animais participam da construção do cosmos. Existe sim a convicção de que homens e natureza estão inseridos em um só mundo.*

As florestas de galerias, muralhas verdes que recobrem parte do cerrado, apartam os cursos d’água das aldeias e do mundo dos não indígenas, como o Juína e o Caranã. Nelas, os Nambiquara abrem clareiras para suas roças, caçam e coletam frutos e insetos. Até certo ponto essa faixa verdejante distancia e protege a área aldeã dos seres maléficos que moram nas águas dos córregos, rios, brejos e lagoas, rebojos e cachoeiras. Os rios, linhas que serpenteiam e bordam a terra, desempenham um importante papel na criação da experiência que encanta e significa simbolicamente o mundo Nambiquara. Expressam, formam e documentam diferentes visões do sobrenatural, compondo uma paisagem em constante movimento, ressignificada pelas práticas indígenas.

Sob as imensas raízes de *Haluhalunekisu*, as águas encantadas integram uma paisagem em que a dicotomia natureza/homem não encontra espaço. Ela interage com a prática humana, a percepção, a narrativa, quando as formas de entender a natureza estão imbricadas inexoravelmente na percepção e construção do próprio mundo. A natureza, enquanto paisagem humanizada, é o resultado de ações que demonstram o fascínio das águas na trajetória dos Nambiquara. Os rios que serpenteiam seus territórios, mesmo renomeados pela cartografia oficial, evidenciam modos particulares de ocupação territorial. À sua maneira, os Halotesu, Sawentesu, Wakalitesu, Kithãulhu e Manduca, numa permanente reteriorização ocupam suas terras em inúmeras ações, narrativas, pensamentos e incluem o universo dentro do próprio esquema de cultura.

## Referências

- ANÔNIMO. 1916. *Missão Rondon: apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Matto-Grosso ao Amazonas sob a direção do Coronel de Engenharia Candido Mariano da Silva Rondon de 1907 a 1915*. Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C., 463 p.
- BACHELARD, G. 2002. *A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria*. São Paulo, Martins Fontes, 202 p. (Coleção Tópicos).
- BACHELARD, G. 1978. A poética do espaço. In: G. BACHELARD, *Bachelard*. São Paulo, Abril Cultural, p. 181-354 (Os Pensadores).
- BOURDIEU, P. 2004. *O poder simbólico*. 7ª ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 312 p.
- BUENO, S. 1984. *Vocabulário tupi-guarani português*. 3ª ed., São Paulo, Brasiliavros Editora e Distribuidora, 629 p.
- CERTEAU, M. de. 2002. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 8ª ed., Petrópolis, Vozes, 351 p.
- COSTA, A.M.R.F.M. da. 2010. *Wanintesu: um construtor do mundo Nambiquara*. Recife, Ed. Universidade/UFPE, 612 p. (Coleção Teses e Dissertações, 32).
- COSTA, A.M.R.F.M. da. 1992. *Nambiquara, os do cerrado*. Brasília, FUNAI/Departamento de Documentação, 24 p.

- GIANNINI, I.V. 1994. Os índios e suas relações com a natureza. In: L.D.B. GRUPIONI (org.), *Índios no Brasil*. Brasília, Ministério da Educação e do Desporto, p. 145-152.
- GRÜNBERG, G. 2004. *Os kaiabi do Brasil Central: história e etnografia*. São Paulo, Instituto Socioambiental, 299 p.
- GUIMARÃES NETO, R.B. 2006. Memória, relatos e práticas de espaço: cidades em áreas de ocupação recente na Amazônia (Mato Grosso, 1970-2000). *História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral*, 9(1):49-68.
- JUSTIÇA FEDERAL DE MATO GROSSO. 1996. *Ação de desapropriação indireta 96.0001618-6*. Autores: Célia Tenório de Brito Siqueira e outros. Cuiabá, Justiça Federal de Mato Grosso, 2ª Vara, vol. 2, 132 p.
- HOLANDA, S.B. de. 1975. *Caminhos e fronteiras*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Departamento de Cultura/José Olympio, 220 p.
- MELLO, A.S. de. [s.d.]. *Os Nambiquaras Juruenas (1): síntese histórica*. Arquivo da Missão Diamantino. Sede Regional de Mato Grosso (BMT). Mello, Pasta 1, fascículo 7, 29 p.
- MENDES, A.N. 1982. Reserva Indígena Nambikwara. In: FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO, *Identificação e delimitação da Reserva Indígena Nambikwara, localizada no Município de Vila Bela da Santíssima Trindade – Mato Grosso*. Brasília, Ministério do Interior. Funai/BSB/0832/82., 87 p.
- MAITELLI, G.T. 2005. A hidrografia no contexto regional. In: G. MORENO; T.C.S. HIGA (orgs.), *Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente*. Cuiabá, Entrelinhas, p. 272-287.
- OBBERG, K. 1953. *Indian tribes of northern Mato Grosso, Brazil*. Washington, Smithsonian Institution, 69 p.
- PEREIRA, A.H. 1974. A morte e a outra vida do Nambikuára: lenda dos índios Nambikuára. *Pesquisas*, 84 p. (Antropologia, 26).
- PEREIRA, A.H. 1973. Os espíritos maus dos Nambikuára: quinze lendas dos Rikbáktsa. *Pesquisas*, 48 p. (Antropologia, 25).
- RONDON, C.M. da S. 1947. *História natural: etnografia*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 56 p. (Publicação n. 2, anexo n. 5).
- RONDON, J.L.N. 1970. *Geografia e história de Mato Grosso*. São Paulo, Gráfica Urupês, vol. 1, 201 p.
- ROQUETTE-PINTO, E. 1919. *Rondônia*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, vol. 39, 352 p. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, Brasileira, Série 5ª).
- SANTOS, M. 1997. *Metamorfoses do espaço habitado*. 5ª ed., São Paulo, Hucitec, 124 p. (Geografia: Teoria e realidade 16, Série Linha de Frente).
- SILVA, P.A. da. 1975. *Projeto Nambikwara: relatório de avaliação*. Salvador, UFBA, 43 p.
- SOUZA, A.P. de. 1920. Notas sobre os índios Nambiquaras. *Revista do Museu Paulista*, XII:391-410.
- VIERTLER, R.B. 1991. *A refeição das almas: uma interpretação etnológica do funeral dos índios Bororo – Mato Grosso*. São Paulo, Hucitec/EdUSP, 221 p. (Ciências Sociais, 27).

Submetido em: 01/04/2011

Aceito em: 02/05/2011

Anna Maria Ribeiro Fernandes Moreira da Costa  
Fundação Nacional do Índio  
Rua 8, Quadra 15, Centro Político Administrativo  
78080-900, Cuiabá, MT, Brasil